

Campesinato e reenquadramento sociais: os *agricultores familiares em cena*

Delma Pessanha Neves

Doutora em Antropologia Social pela UFRJ (1988)

Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFF

Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq

Representante titular do Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária – IDACO, na Câmara Técnica de Crédito Rural, vinculada ao CEDRUS-RJ, desde a implantação do PRONAF neste estado, em 1996.

Endereço profissional: Centro de Estudos Gerais, sala 325, Bloco O, Departamento de Antropologia, Universidade Federal Fluminense, *campus* do Gragoatá – São Domingos, 24.120-350 – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Telefone: (21) 2629-2867; Fax: (21) 2629-2867

Endereço eletrônico: mdebes@provide.psi.br

Resumo

No artigo, sistematiza-se uma análise de processos de constituição de adesões à simultânea formação da categoria sócio-profissional agricultores familiares e dos respectivos agentes de desenvolvimento, dotados de competência para referenciar o processo e para assegurar reconhecimento econômico e político ao setor da agricultura familiar. A análise enfatiza algumas das reflexões elaboradas por agrônomos para projetar o quadro institucional correspondente aos objetivos prenunciados.

Palavras-chave: agricultor familiar, extensão rural, enquadramento institucional.

Resumen

Campesinado y reencuadramiento sociales: los agricultores familiares en la escena

En el artículo se sistematiza un análisis de procesos de constitución de adhesiones a la simultánea formación de la categoría socio-profesional *agricultores familiares* y de los respectivos agentes de desarrollo, dotados de competencia para referenciar el proceso y para asegurarle el reconocimiento económico y político al sector de la *agricultura familiar*. El análisis enfatiza algunas de las reflexiones elaboradas por agrónomos para proyectar el cuadro institucional correspondiente a los objetivos prenunciados.

Palavras clave: agricultores familiares, extensión rural, reencuadramiento social.

Abstract

Peasantry and social framing: the family farmers in scenario

It is systematized, in this work, an analysis of processes of constituting adhesion to simultaneous formation of the socio-professional family farmers category and its relative development agents, recognized as competent and able to reference the process and assure economical and political reliability to the family farmer sector. This analysis emphasizes some of the thoughts elaborated by agronomists in order to project the corresponding intuitional board to the predicted objectives.

Key words: family farmer, rural extension, institutional framing.

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 8, n. 7	pp. 68-93	Jul./Dez. 2005
--------------	---------------------	-------------	-----------	----------------

Venho-me dedicando à compreensão de algumas das circunstâncias pelas quais a categoria *agricultura familiar* emergiu sob rápido consenso, aglutinando, num mesmo sistema de comunicação temática, diversos agentes sociais. Por um lado, os representantes políticos dos agricultores e trabalhadores rurais; por outro, os funcionários e *experts* da elaboração de princípios norteadores da objetivação de políticas públicas. E ainda boa parte de produtores intelectuais de várias disciplinas que passaram a se dedicar ao tema. Entre estes, destaco os que estão engajados na formação de profissionais em consonância com os ideários referenciais para o novo quadro institucional, estrutura organizacional que se faz necessária ao projeto político de construção da categoria socioeconômica *agricultor familiar*.

Dos autores brasileiros que vêm investindo no reconhecimento dessa categoria sócio-profissional sob novos parâmetros classificatórios, são amplamente reconhecidas as contribuições de Abramovay, 1992; Bergamasco, 1995; Carneiro 1997; Graziano da Silva, 1996; Moreira, 1997; Schneider, 1999; Simões de Carvalho, 1995; Veiga, 1995 e Wanderley, 1995. Além disso, vale ressaltar o investimento dos pesquisadores do NEAF – Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (Universidade Federal do Pará) que, mesmo assistematicamente, editam, desde 1996, a revista *Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*.

O texto da quarta capa da citada revista é exemplar na demonstração dos meios empregados para produzir o engajamento coletivo de pesquisadores e demais atores em torno da questão. Devo frisar que tais meios são procedimentos fundamentais para criação e reconhecimento social dos campos temático e político que vieram então a se constituir.

A revista “Agricultura Familiar” publicação do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF) do Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará (UFPA), tem por objetivo estimular o debate sobre o futuro da Agricultura Familiar no Brasil e nos países vizinhos, considerando a contribuição que a pesquisa pode dar ao desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável do ponto de vista social, econômico e ecológico. A Agricultura Familiar brasileira é mal conhecida e objeto de muitos preconceitos, embora numerosos exemplos históricos demonstrem sua capacidade de resistência e de adaptação, assim como seu potencial para contribuir a um desenvolvimento nacional socialmente mais justo, com um potencial de produtividade econômica elevado.

Esta revista pretende aprofundar a discussão dos diversos enfoques e metodologias que permitam ligar resultados de pesquisa, formação e desenvolvimento. A interdisciplinaridade aparece como uma necessidade imprescindível no estudo da dinâmica da Agricultura Familiar e, sobretudo, para contribuir ao seu desenvolvimento. Assim serão bem recebidas contribuições com enfoques disciplinares diversos, como o das ciências agrárias, da ecologia e das ciências humanas (antropologia, ciências políticas, economia, geografia, sociologia). Artigos tratando de outros segmentos da produção familiar (pesca, extrativismo, setor informal) também serão aceitos de maneira a estimular comparações com a atividade agropecuária. Prioridade será dada às contribuições de natureza interdisciplinar e/ou que discutam as ligações entre os trabalhos de pesquisa apresentados e o desenvolvimento. (Quarta capa. *Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, v. 1, n. 2, 2000)

Essas referências estão muito longe de abarcar o conjunto de autores que se mobilizaram para constituição de novas categorias analíticas e princípios de reflexão, mesmo quando o empenho não se objetivava em categorizações precisas, mas convites em aberto à reflexão, exemplificados por muitos dos integrantes da coletânea organizada por Ferreira e Brandenburg (1998), mas também pelas contribuições de Almeida (1999).

Rapidamente o tema *agricultura familiar* se constituiu em objeto de pesquisa, de disciplinas e de cursos profissionalizantes. O volume de títulos torna agonística qualquer intenção de elaborar resenhas bibliográficas.

Os modos de constituição desse processo de produção de adesões, a meu ver, ainda estão por ser estudados. Este artigo¹ configura-se como exercício analítico sobre algumas das relações sociais subjacentes a um dos primeiros investimentos, todavia ainda em curso, motivo pelo qual ele se apresenta sob inúmeros desdobramentos. Valorizo um dos principais efeitos desses investimentos, qual seja o empenho coletivo de reflexão sobre propostas de construção de aparatos institucionais destinados ao enquadramento dos produtores mercantis, isto é, entre nós, *pequenos produtores agrícolas, sitiantes* ou, no plano mais acadêmico, camponeses, enquanto *agricultores familiares*. Considero algumas das formas como segmentos específicos de agrônomos tomaram como deles, os objetivos da constituição da categoria social *agricultor familiar*. Por esta adesão, eles se atribuíram o papel de construtores de referências para criação de quadros institucionais que viessem a possibilitar o reconhecimento da importância do papel da categoria socioeconômica *agricultor familiar*. Todavia, por consequência ou condição, também se dedicaram à recuperação do reconhecimento social e da importância do exercício profissional do agrônomo como agente de desenvolvimento social. Os textos e autores por mim selecionados para este restrito exercício analítico destacam, enquanto condição imediata, a valorização do investimento na capacitação ou na profissionalização de agricultores e na formação de agentes de desenvolvimento social, ambos por comunhão de interesses políticos básicos.

Pauto-me na pressuposição da importância de se entender como a construção do reconhecimento desse amplo segmento de produtores, afiliados a programas governamentais sob a qualificação de *agricultor familiar*, torna viável o corolário processo de construção de princípios e do aparato institucional para assistência técnica, aqui, em face do contexto tomado em consideração no artigo, identificada como ATER – assistência técnica e extensão rural, tal qual nomeada pelos profissionais a ela dedicados.²

É lugar comum nos textos que vêm sendo produzidos sobre a construção de *novas* modalidades de ATER, a defesa dessa associação ou dessa inovadora simbiose, embora invertida na ordem de antecedência: só será possível o processo de desenvolvimento social e econômico pela valorização do *agricultor familiar*, se este puder contar com o apoio sistemático da assistência técnica. E por esta intenção de produzir verdade coletivamente aceita, os autores assim empenhados se vêem diante da explicitação de *mea culpa* público, (des)valorizando, no passado, as proposições, as alianças políticas e as referências, hoje, pelas subseqüentes gerações, condenadas.

Reorganizar el modelo de desarrollo rural de Brasil, basado en la potencialidad de la agricultura familiar, requiere un amplio proceso de cambios institucionales destinados a proporcionar un soporte eficiente y eficaz a este tipo de productores. Entre éstas transformaciones, la construcción de una nueva asistencia técnica y extensión rural (ATER) es

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada na 24ª Reunião Brasileira de Antropologia, Fórum de pesquisa: Campesinato e representações do rural: reprodução e reenquadramento sociais, ocorrida em Olinda, de 12 a 15 de junho de 2004.

² Tenho, desde alguns anos, dedicado-me ao estudo das relações sociais entre agricultores e agrônomos, especialmente os extensionistas. Por esta proposta de reflexão, elaborei alguns textos: Neves, 1987, 1997a, 1997b, 2002, 2003a, 2003b, 2003c. Este artigo é parte de um projeto mais amplo, que continua a levar em consideração, a partir de textos expostos em congressos (alguns publicados), a construção coletiva de uma reflexão em torno de novas alternativas de constituição da assistência técnica rural. No bojo destas intenções, associadamente a Dalva Mota, pesquisadora da EMBRAPA e doutora em sociologia, vimos propondo a organização de GT nos Seminários da Sociedade Brasileira de Sistema de Produção. Nossa intenção fora e continua sendo a de facilitar a publicidade e a sistematicidade deste esforço que, uma vez coletivo, possa também se constituir em objeto de reflexão.

una de las tareas estratégicas para asegurar a los productores rurales familiares un apoyo técnico adecuado. Esta adecuación debe tener en cuenta los nuevos desafíos generados e el entorno económico caracterizado por la economía globalizada y las exigencias de competitividad de los mercados.

El presente artículo pretende contribuir al análisis de este problema insistiendo sobre nuevos enfoques para orientar las transformaciones institucionales que se hacen necesarias. En la primera parte se identifican y analizan algunos de los recientes procesos que han contribuido a modificar sustancialmente el entorno de la ATER, avanzando pistas que pueden explicar porqué ésta no llega a satisfacer las nuevas demandas. La segunda parte del texto está destinada a proponer elementos para una nueva agenda de trabajo, teniendo en cuenta la participación de nuevos actores presentes en el proceso de ATER, tales como las ONG's y los movimientos sociales. (MORENO e FLORES,1992, impresso).

Diante de tal associação, o produtor desejado como ator básico dessa forma de desenvolvimento social é reconhecido e construído pela expansão dos vínculos com o mercado; mas participa do processo por representação delegada ou por aliança com funcionários vinculados a organizações governamentais e não-governamentais. Essas alianças são consagradas para a demonstração da necessidade de reversão do atual quadro institucional de objetivação de políticas agrícolas.

Cada processo de integração pressupõe um quadro institucional de viabilidade de novas posições, emergidas em face do acesso a recursos materiais e simbólicos. No caso dos investimentos capitaneados pelo aparato agregado à constituição do PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (1996), sob a defesa da implantação de formas institucionais de participação política delegada e verticalizada, sob a valorização de formas organizacionais celebradas por parcerias de órgãos públicos e privados, as resoluções se tornam fragmentárias e desencontradas, quase sempre laureadas pelos atributos da formatação, mas, por consequência, de resolução deficitária.³ Além disso, são incorporadas instituições cujos porta-vozes nem sempre se coadunam com os compromissos inerentes à causa. No contexto em foco, elas se agregavam para oferta, sob terceirização, de recursos definidos pelos coordenadores do programa como universalizáveis, de norte a sul do país, como se os saberes não se fundamentassem em suas localizações sociais e em processo de incorporação de princípios de pensamento. Informações eram distribuídas como se por si sós bastassem para constituir saberes e hábitos diretores de pensamento. Os extensionistas, volto a frisar, no contexto em que os autores selecionados como fonte de análise elaboraram os dados aqui em pauta, eram cada vez mais raros e punidos diante da inserção para a qual foram constituídos, como se apenas neles estivessem as causas dos desencontros culturais. Outros profissionais foram improvisados como se bastasse a mudança da pessoa, etnocentricamente generalizável como resistente à mudança. Tudo isto para atender à racionalidade do Estado poupador de transferências financeiras quando dirigidas aos relativamente excluídos do acesso a muitos dos bens coletivos da sociedade. Deslocamentos para resoluções locais ou municipais tendem a submeter políticas e programas aos sabores dos sopros dos ventos favoráveis ou desfavoráveis segundo o prefeito progressista, populista ou conservador. A exacerbada imaginação sustentada na burocracia, no contexto, impedia de se pensar na construção de instituições que ultrapassassem o universalismo e a mesmice das cooperativas e das associações, quase todas nati-mortas.

Muito geralmente, as alternativas que os significados que vêm sendo atribuídos ao termo *agricultura familiar* podem oferecer ao debate, destacam as vantagens do abandono do recorrente e incômodo desacordo em torno dos significados, na sociedade brasileira, associados aos camponeses e aos pequenos produtores mercantis (atrasados, resistentes

³ A análise dessa forma de organização institucional do PRONAF foi por mim apresentada in Neves, 2003c.

à mudança, semialbetizados e tantos outros mais desabonos sociais). Lamentavelmente, no mesmo roldão que consagrou o termo *agricultura familiar*, também ocorreu certo abandono ou secundarização do patrimônio cultural e intelectual correspondente às reflexões em torno de formas de exploração da atividade agrícola reconhecidas como camponesas ou, no Brasil mais ainda, pequena produção agrícola.⁴ A depuração de atributos até então, sob certos pontos de vista, construídos pela negatividade, em grande parte explica a atracção a um suposto seguro porto semântico. Outrossim, destaca as expectativas de criação de um agricultor segundo os modelos vislumbrados pelos profissionais dedicados ao seu enquadramento institucional. Além disso, os significados no processo atribuídos aos agricultores libertam os que fazem uso dessa categoria classificatória, das explicações sobre graus de exclusão social e de mudança dos produtores agrícolas. Eles também subtraem do debate questões outrora relevantes para a reflexão acadêmica, porque também para o campo político e a prática social, como expropriação, emburguesamento, condições diferenciadas de compra e venda de força de trabalho, visões de mundo (mesmo que supostamente fossem por alguns percebidas como fatores de realimentação da resistência à modernização). Ora, tais produtores, por esse mesmo desqualificado reconhecimento, eram vistos como excluídos dos benefícios tecnológicos que se fundamentavam em outras formas de saber. Por conseguinte, o *agricultor familiar* se apresenta como um agente social em gestação, capaz de corresponder a diferenciadas expectativas, agora vinculadas a novos modelos criados para reafirmar outros processos de modernização social.

Os significados atribuídos à categoria *agricultura familiar* identificam a posição do comunicador frente à mudança desejada ou em curso; particularizam o processo de construção de uma nova crença coletiva integradora (cf. BOURDIEU, 2002). Enquanto categoria nominal e instrumental ao trabalho de delimitação e de construção de identidade, ela distingue segmentos: sobressai a contraposição ao empresário rural produtivista, tecnicista e predador. Realizadas as condições projetadas, o uso da categoria nos termos acima explicitados poupa o interlocutor de explicações sobre a vinculação dos agricultores a uma modernidade valorada e reconhecida em outros contextos de desenvolvimento econômico mais avançado; e facilita a inclusão de temáticas problematizantes da classificação, ainda que naturalizadas e dotadas de positividade: dupla atividade ou pluriatividade. Explícita então o urgente trabalho intelectual de produção de categorias analíticas. Além disso, também elucida o acordo em torno de uma diferenciação reconhecida, que englobava camponeses, *farmers*, produtores mercantis, neo-rurais etc. Afinal, serve de âncora aos profissionais vinculados às intervenções institucionais de cunho desenvolvimentista, que tomam os agricultores assim classificados como protótipos de uma boa sociedade por vir: solidária e sustentável.

Por todos esses fatores assim contemplados (mas também por mim, para efeitos de demonstração, caricaturados), o uso da categoria sob tais significados iguala as condições de produção teórica de intelectuais dos mais diferenciados países, esforço, por exemplo, coroado por Lamarche (1993), num grande investimento de coordenação de pesquisa comparativa sobre condições sociais de existência de *agricultores familiares*.⁵ Esforço

⁴ Aproveito a oportunidade para insistir na valorização dos investimentos intelectuais objetivados no sentido de tornar conhecidas as condições sociais de existência dos entre nós até então acordados pequenos produtores agrícolas ou, com algumas ressalvas, camponeses. Não são desprezíveis a massa de textos elaborados sob a forma de livros, artigos, dissertações, teses e relatórios; e os registros de seminários e congressos que a temática permitia organizar e agregar participantes. Abandonar todo esse conhecimento diante de mudanças, mesmo que legítimas e desejadas, é negar os processos reais e desconsiderar memórias coletivas tanto dos pesquisadores e funcionários, como dos próprios produtores hoje conclamados à mudança de percepção de si mesmos e, assim, de posição social.

⁵ Tamanho englobante acordo consensual produziu, inesperadamente, desdobramentos esterilizadores na academia, superdimensionados nas simplificações que se seguiram. A uma reificada lógica sustentada nos princípios de articulação entre trabalho (familiar) e gestão, orientados por projetos (também) familiares, e no distanciamento das relações e dos cálculos identificados a

também assegurado por profissionais vinculados às ciências sociais, alguns deles, por vezes, adotando perspectivas mais normativas; ou afiliados politicamente à construção (re)atualizada do mito fundador do pensamento social, a boa sociedade, agora democrática, mais justa ou sustentável.

A extensão rural e o *agricultor familiar*

Pela proposta de trabalho aqui apresentada, quero qualificar alguns dos investimentos realizados por pesquisadores que, no horizonte intelectual e político, integraram-se ao projeto coletivo de elaboração de quadros mentais e institucionais de mediação, no bojo da constituição social e política do *agricultor familiar*. A análise estará pautada em alguns dos textos que foram apresentados na Sessão IV – Iniciativas para o fortalecimento da agricultura familiar, do V Simpósio Latino Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários (IESA) e, concomitantemente, do V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP), realizado em Florianópolis, entre 20 e 23 de maio de 2002. Portanto, frente à velocidade e à extensão do engajamento de pesquisadores, professores, estudantes de pós-graduação (mestres e doutores), profissionais da extensão rural agregados a instituições públicas mas principalmente privadas, funcionários do MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário, a contribuição dos autores por mim selecionados é fundamentalmente datada.⁶ Valendo-me desses textos, quero mais que tudo marcar o esforço coletivo de construção de novas categorias analíticas apropriadas a outros sistemas de pensamento e projeção de mudanças sociais. Meu interesse analítico recai exatamente sobre esse contexto de inflexão de perspectivas teóricas e práticas.

Os seminários promovidos pela SBSP têm caráter duplamente simbólico. Reúnem pesquisadores afiliados a contextos político-institucionais diversos, numa previsão anunciada e facilitadora da construção de programas destinados à constituição de investimentos intelectuais sistemáticos. Outrossim, constroem a adesão aos investimentos que valorizam o conceito de *sistema de produção*. O uso deste conceito visa, entre outros objetivos, situar o produtor no conjunto das relações sociais, bem como afastar das reflexões, as práticas sustentadas no produto ou na mercadoria.

Mediante investimento coletivo na reprodução de espaços configurados em seminários, a ATER – assistência técnica e extensão rural – é problemática bastante valorizada pela reflexão calcada em tradições filosóficas e sociológicas. Este acordo permite a secundarização dos debates fundamentados em perspectivas teóricas muito diferentes, posto que emergidas da construção de problemáticas e métodos de intervenção díspares. Em consequência, por essa proposta coletiva, pontos de convergência são ressaltados, sendo a institucionalização de *nova ATER* o fio condutor; mas a reprodução da problemática é reafirmada como pretexto das lutas neste campo travadas.

No debate entre os participantes dos seminários, as intervenções permitiram dar visibilidade ou ressaltar certos princípios orientadores da formulação de algumas das questões que patrocinam as elaborações sobre novas propostas de extensão rural. Os debatedores consideraram a valorização dos modos de constituição de unidades de

modos de produzir capitalistas, seguiu-se a simplificação ou a ausência (consensual) de explicações conceituais ou de reflexões. Por isso, o familiar tornou-se o necessariamente conhecido. E, por consequência, o desconhecido, porque explicado pelo estereotipado.

⁶ Possivelmente, se hoje consultados, os autores por mim compulsoriamente convidados a participar do meu texto (embora valendo-me de reflexões que foram escritas para apresentação pública), eles exigiriam retoques nos deles. Assim, advirto o leitor, não para subentender críticas dissimuladas, mas para acentuar o objetivo que atribuo ao meu texto e ao deles. Se os autores alterassem esses textos, eles perderiam para mim o valor de documentos datados ou de retratos de um momento do processo de constituição de projetos de extensão rural ou social.

intervenção e de reconhecimento do universo dos agricultores (os *sistemas de produção*) e as reflexões emergidas para constituição formal das especializações profissionais.

Ao valorizar tais elaborações, reafirmo, quero, concomitantemente, relevar a importância do investimento político de profissionais da assistência técnica na constituição do *agricultor familiar*. Quero ainda destacar como parte do mesmo processo, algumas das associações constitutivas dos atributos da categoria socioeconômica *agricultura familiar* e da elaboração de políticas de governo destinadas à objetividade do projeto político. Portanto, quero ressaltar que a constituição do processo de profissionalização de agricultores, enquanto *agricultores familiares*, é coadjuvante ao da redefinição do papel dos extensionistas rurais; ao da construção de novas estruturas de mercado de trabalho para os profissionais da assistência técnica. Este mercado sofrera retração, porque fora atingido, de forma vigorosa, pela implosão do sistema institucional que proporcionou o crescimento dos cursos de formação universitária e a organização corporada desses profissionais.⁷ Os *experts* em extensão rural apresentam-se então como protagonistas fundamentais no reconhecimento do termo de ação política ou da idéia-valor *agricultura familiar*, que exprime, nos termos em que aqui considero, os paradigmas e os efeitos de movimentos políticos pela redefinição das condições de inserção e reconhecimento dos diversos produtores parcelares. O termo revela então o peso político das ações de agentes dos movimentos sociais que investem no reconhecimento da categoria sócio-profissional *agricultor familiar*, dotada de direitos e de acesso a recursos que venham a subsidiar a produção e a comercialização.

Textos, autores e instituições

Tendo em vista o espaço restrito conferido a um artigo, selecionei alguns exemplares dos textos apresentados no seminários já referidos. Lá estiveram agregados profissionais de diversas formações, entre eles sociólogos e agrônomos (mestres e doutores) vinculados à prática de assistência técnica, mas também à formação de quadros profissionais a ela referidos, especialmente os integrados a institutos que emergiram no bojo do projeto político para constituição de profissionais e instituições de enquadramento do *agricultor familiar*.

Entre os institutos de formação de quadros mediadores da construção da categoria profissional em jogo, destaco o NEAF - Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, afiliado ao CAP/UFPA - Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará, cuja ação se objetiva em parceria com representantes de outras entidades aglutinadoras dos porta-vozes sindicais dos produtores rurais e de subunidades afiliadas à Igreja Católica. Por ações interdependentes, os representantes dessas instituições se associam mediante o LASAT - Laboratório Sócio-agronômico de Tocantins e o LAET - Laboratório Agroecológico da Transamazônica; o CAT - Centro Agro-ambiental do Tocantins e a FATA - Fundação Agrária do Tocantins Araguaia. Através dessa organização interinstitucional, professores da universidade se associam na capacitação profissional de agricultores, concomitantemente à formação profissional de agentes de desenvolvimento, tanto no plano

⁷ A criação de programas vinculados à assistência técnica e extensão rural ocorreu em 1948, mediante a implantação de programas pela ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural, em Minas Gerais. O instrumento valorizado para produzir mudanças comportamentais entre alguns agricultores selecionados para serem modelares ou exemplares fora o crédito rural, concedido mediante acompanhamento técnico, de modo a assegurar o direcionamento pretendido dos recursos assim redistribuídos. A organização institucional da ATER foi reestruturada pela implantação, na década de 1970, de programas de modernização agrícola fundados na interdependência entre agricultura e indústria e na especialização produtiva. Para tanto os agricultores foram dotados de recursos creditícios para constituir o patrimônio de equipamentos industrializados. Todavia, o fim ou certa dissimulação da oferta de crédito subsidiado, atitude corolária às reformas do Estado pautadas na extrema diminuição de custos operacionais, principalmente na década de 1990, decretaram autoritariamente a inoperância e a irrelevância do serviço de extensão rural, extinguindo o sistema organizado a partir da EMBRATER, em 16 de março de 1990, no governo Fernando Collor de Mello.

da graduação, com dois cursos de licenciatura em ciências agrárias, em Marabá e Altamira, como da pós-graduação, MFADS – Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, em Belém.⁸

Selecionei, é verdade, alguns poucos entre os múltiplos textos apresentados no evento; mas eles foram por mim valorizados por melhor se aproximarem do meu propósito de análise neste artigo. Eles respondiam a dois critérios por mim considerados como importantes para a reflexão aqui apresentada:

- Um texto cujos autores⁹ propugnam pela construção de bases metodológicas ou formas de concepção de unidades sociais de intervenção dos protagonistas da assistência técnica, tomando como condição fundamental a organização política dos interesses dos agricultores assim constituídos. Sob o enfoque organizacional, refletem sobre mudanças institucionais, como é o caso da reestruturação dos serviços de assistência técnica em prol do apoio à *agricultura familiar*.

M. Augusto Moreno e Murilo Flores, o primeiro pesquisador do CIRAD e o segundo pesquisador da EMBRAPA, mas também membro diretor da Fundação Lyndolpho Silva.

- Dois textos cujos autores, aceitando as mesmas premissas anteriormente comentadas, investem na construção e no reconhecimento da eficácia do enfoque sistêmico, princípio norteador da formação profissional de técnicos em nível graduado ou pós-graduado, voltados para a objetivação do desenvolvimento da *agricultura familiar*:

- Aquiles Simões e Myriam Cyntia Cesar de Oliveira, integrantes do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar - NEAF/Centro Agropecuário – CA, do LASAT/CAP, Universidade Federal do Pará – UFPA.
- Heribert Schmitz, doutorando em Ciências Agrárias, Área de Extensão Rural e Teoria da Comunicação/Sociologia Rural, pela Universidade Humboldt de Berlim, Alemanha.¹⁰

Os três últimos autores, nos textos analisados, estão em acordo sobre a necessidade de construção de novas opções teóricas e metodológicas para a formação de profissionais especializados; e afinados politicamente com a defesa do *desenvolvimento da agricultura familiar*.

Esses autores, diga-se de passagem, eu mesma, mas no caso, especialmente os que foram por mim escolhidos para parceria neste trabalho coletivo de reflexão sobre o processo mútuo de constituição do *agente de desenvolvimento rural e do agricultor familiar*, quase todos dotados de formação agrônômica, todos reafirmam que, para superar os impasses decorrentes do referencial agora condenado, devem incorporar outros

⁸ A esse curso, vinculo-me, desde 2001, como professora colaboradora, ministrando disciplinas cujas temáticas abarcam: introdução ao pensamento sociológico, métodos qualitativos de pesquisa e tradições teóricas sobre a questão camponesa. Participei com Maria de Nazaré Angelo de Menezes, professora e ex-coordenadora do Programa na organização de uma coletânea de artigos cujos objetos derivavam de partes ou de sínteses de diversas das dissertações aí já defendidas. Ver Neves e Menezes, 2004.

⁹ As qualificações profissionais e institucionais por mim destacadas para os autores em foco neste artigo, obedecem àquelas por eles valorizadas nos textos encaminhados para exposição e divulgação durante os seminários. Equivalem, portanto, ao momento da carreira em que eles elaboraram os respectivos textos (2002).

¹⁰ Tendo em vista os objetivos deste artigo, ponho em realce, como o autor demonstra no decorrer do texto, que ele coordenou por quatro anos a Pós-graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e foi um dos formuladores da estrutura curricular desse programa. Além disso, atuou como Supervisor Externo do Projeto Lumiar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

conhecimentos (filosóficos, sociológicos, geográficos e da ciência política), sob perspectiva interdisciplinar ou principalmente multidisciplinar. De uma forma ou de outra, todos reafirmam, importa a incorporação de saberes que possam ultrapassar a definição do agricultor como agente econômico estrito senso.

Essa postura consensual se ancora na crítica às intervenções colocadas em prática a partir do modelo de desenvolvimento agroindustrial, rotulado, para efeitos da contraposição em jogo, como produtivista.

A sociologização e o sociologismo da assistência técnica e extensão rural

Para se ter uma idéia dos investimentos em curso (no contexto aqui focalizado) para dotar a prática da assistência técnica de outros parâmetros, em grande parte pautados em reflexões construídas por pontos de vista adotados por cientistas sociais, apresentarei uma análise rápida da bibliografia utilizada pelos autores dos textos que estão sendo por mim analisados. Para efeitos da análise, considerarei, concomitantemente, o registro bibliográfico presente em todos os artigos, uma vez que há enormes recorrências, compreensíveis pela adesão ao mesmo investimento, embora por procedimentos diversos.

Todos os autores se impõem pequenos comentários sobre uma das versões da evolução da assistência técnica e extensão rural no Brasil, mas principalmente no mundo ocidental, que conheceu processos mais intensificados de industrialização. Por vezes a caracterização dos processos inerentes a essa constituição é, até mesmo pelo caráter de síntese e por objetivos didáticos, muito linearizada e demarcada por divisões temporais formais, como as décadas, recortes externos a partir dos quais os processos são localizados e os sistemas de pensamento pressupostamente são apresentados como se reinassem e se impusessem sob monopólios políticos e ideológicos. No entanto, todos autores são convergentes sobre a necessidade de demarcar rupturas. Para tanto, sobressaem referências bibliográficas temáticas que, *grosso modo*, vou assim aglutinar¹¹:

a) Autores que se debruçam sobre o registro histórico do processo de implantação e redefinição da assistência técnica e extensão rural; e que tomam o modo de organização e de exercício prático do Projeto Lumiar como ponto de inflexão e partida para constituir as novas modalidades de prestação deste serviço:

ECHENIQUE, O. S. *Perspectivas de evolução dos serviços de assistência técnica agrícola no Brasil: análise do Projeto Lumiar e das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural. Relatório de Consultoria*. Brasília, Convênio FAO-INCRA, 1998. mimeografado.

FONSECA, M. T. L. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo, Edições Loyola, 1985.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 10^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

OLIVEIRA, A. C. D. O sistema nacional da capacitação de extensão rural integral (SINDER): o caso do México. In: WORKSHOP NACIONAL. *Uma nova assistência técnica e extensão rural centrada na agricultura familiar: proposta, 24 a 28 de novembro de 1997*. Brasília, PNUD, 1997. p.122-148.

OLIVEIRA, M. M. *Avaliação ex ante do Projeto Lumiar. Versão preliminar*. Brasília: INCRA/IICA, 1997. mimeografado.

¹¹ Os títulos de livros e artigos que estou citando para a caracterização em pauta visam apenas demonstrar as questões por mim consideradas neste texto, razão pela qual não aparecem nas referências bibliográficas, ou seja, não correspondem a esta forma de inclusão.

SILVA, A. A. D. *Concepções de processo educativo no âmbito da extensão rural e suas repercussões na prática dos extensionistas: um estudo através da EMATER-RS*. Santa Maria-RS, UFSM, 1992. (Dissertação de Mestrado).

b) Autores consagrados pela oferta de parâmetros teóricos e filosóficos, básicos para a definição de princípios epistemológicos e de referências que assegurem a construção de saberes, contextualmente apresentados como imprescindíveis à formação do agente de desenvolvimento ou extensionista rural:

DESCARTES, R. *Discurso do método*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Trad. Karen Elsabe Barbosa. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

MORIN, E. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

c) Autores engajados na proposição de novos aportes para a construção de outras referências para a prática dos extensionistas rurais ou agentes de desenvolvimento:

ALBALADEJO, C.; VEIGA, I. (orgs.) *Agricultura Familiar*, n. 2, v. 1. A construção local dos territórios da agricultura familiar: a intervenção local em questão. Belém: NEAF:INRA, 2000.

FLORES, M.X. & NASCIMENTO, J.C. Novos desafios da pesquisa para o desenvolvimento sustentável. In: *Agricultura Sustentável* 1 (1), 1994: 10-17.

LOPES, E.S.A. *Comentários sobre o "Novo Mundo Rural" ou a "Nova Reforma Agrária" do governo FHC*. 1999, 7 p. (mimeografado).

MARTINS, A.C. de S. *Dois pra lá, dois pra cá: Análise da articulação pesquisa, extensão, produtor de cacau, no âmbito da CEPLAC na Amazônia Oriental*. São Bernardo do Campo-SP, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1996. (Diss. de Mestrado)

PINHEIRO, S. L. G. O enfoque sistêmico na pesquisa e extensão rural (FSR/E): novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento?. *Anais do II Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, 21-23/11/95. Londrina, SBS, 1995: 21-52.

REYNAL, V. de.; MARTINS, P. F. da S. A experiência de pesquisa-formação-desenvolvimento em agricultura familiar no Pará, Amazônia Oriental. In: SIMÕES, A .; SILVA, L. M. S.; MARTINS, P. F. da S.; CASTELLANET, C. (orgs.) *Agricultura Familiar: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento*. Belém: NEAF:GRET, 2001:13 – 38.

RIASCOS, L.C.C. *Extensão para extensionistas*. Itabuna, CEPLAC, 1973.

SCHMITZ, H. Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura. In: Simões, A.; Silva, L.M.S.; Martins, P.F. da S.; Castellonet., C. (orgs.) *Agricultura familiar: métodos e experiências de pesquisa - desenvolvimento*. Belém: NEAF/CAP/UFPA, GRET, 2001:39-99.

SILVA, G.; SOUZA, E. DE. Junto do agricultor. *Globo Rural*, ano 14, no.163: 30-36.

SIMÕES, A . *Agricultores e pesquisadores no processo de construção social da demanda de pesquisa-ação*. Belém: NEAF/CA/UFPA, 1999 (dissertação de mestrado).

SIMÕES, A. ; SILVA, L. M. S.; MARTINS, P. F. da S.; CASTELLANET, C. (orgs.) Agricultura Familiar: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento. Belém: NEAF:GRET, 2001.

SOBRINHO, S.A.S. Capacidade de pagamento e viabilidade técnica do FNO-Especial para o desenvolvimento da produção familiar rural no estado do Pará. In: TURA, L.R.; COSTA, F.D. A. (orgs.). *Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará*. Brasília, Brasília Jurídica, Fase, 2000:177-224.

d) Autores cuja colaboração valorizada deriva de investimentos (no sentido da construção de questões que reflitam processos de mudança de percepção e de construção de objetos) voltados para o entendimento tanto do setor agrícola e agroindustrial, como do chamado universo rural:

LAURENTI, A.C. & DEL GROSSI, M.E. A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil. In: Campanhola, C. & Silva J.G. (eds.), *O novo rural brasileiro – Uma análise nacional e regional*, Jaguariúna (SP), EMBRAPA, 2000:15-66.

VEIGA, J.E et alii. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília, Convênio FIPE/IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

WILKINSON, J. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. In: Estudos Sociedade e Agricultura (8). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, abril 1997: 25-50.

A afiliação institucional dos autores, especialmente aquela que define sua formação pós-graduada, interfere na incorporação de questões e temáticas, por vezes pouco conhecidas no mundo acadêmico brasileiro. Todavia, elas são divulgadas por esta forma de intermediação. É o caso de autores que escreveram em língua alemã ou holandesa, integrados por Schmitz. O efeito desta presença só se consuma pela mediação do próprio autor, dada a distância do acesso à língua alemã pela maior parte dos pesquisadores brasileiros:

ALBRECHT, H.; BERGMANN, H.; DIEDERICH, G.; GROSSER, E.; HOFFMANN, V.; KELLER, P.; PAYR, G.; SÜLZER, R. *Landwirtschaftliche Beratung. Bd.1. Grundlagen und Methoden*. 2.ed. Bonn, Eschborn, BMZ, GTZ, 1987. 307p.

ALBRECHT, H.; BERGMANN, H.; DIEDERICH, G.; GROSSER, E.; HOFFMANN, V.; KELLER, P.; PAYR, G.; SÜLZER, R. *Landwirtschaftliche Beratung. Bd.2. Arbeitsunterlagen*. 2.ed. Bonn, Eschborn, BMZ, GTZ, 1988. 468p.

BAUER, E. *Beratung in der Entwicklungszusammenarbeit*. Weikersheim, Margraf, 1996. 245p.

BECKMANN, G. *Partizipation in der Entwicklungsarbeit: Mode, Methode oder politische Vision?* Berlin, Freie Universität, 1996. 158p. (Institut für Soziologie; Diplomarbeit).

RÖLING, N. G. Voorlichting en innovatie. In: RÖLING, N.G.; KUIPER, D.; JANMAAT, R. *Basisboek voorlichtingskunde*. Amsterdam, Boom, 1994. p.275-294.

SCHEUERMEIER, U. *Thesen zur Beratung im ländlichen Raum: illustriert an 15 Jahren Beratung mit "Kontaktbauern" in Nepal*. Lindau, LBL, 1994.93p.

Tal já não é o caso de autores ou coautores (alguns deles brasileiros) que escreveram em línguas inglesa e francesa, principalmente, mas também espanhola, aqui difundidos pelas mesmas formas de afiliação institucional constitutivas da formação na pós-graduação; ou pelas parcerias institucionais, sob plena adesão nos últimos anos. Boa parte desses autores estrangeiros é chamada a colaborar com a oferta de teorias sobre a

agricultura familiar, termo que aqui no Brasil tem sido muito mais incorporado como categoria de ação política, como segmento específico de produtores contrapostos aos agricultores patronais. Pela ausência de tradição no investimento para a constituição da nova forma de classificação, ou, como destacaria Bourdieu (2002), de ver e fazer crer a divisão social do mundo, os autores estrangeiros têm emprestado contribuição na formação dos extensionistas, principalmente no que tange à construção de métodos específicos de participação, de levantamentos de informações e de construção de demandas e interesses coletivos:

ADAMS, Dale W. (et all.) Crédito agrícola y desarrollo rural : la nueva visión. Ohio State University, 1990.

ASHBY, J. Methodology for the participation of small farmers in the design of on-farm trial. Agric. Administration, Vol. 22. Barking, 1986:1-19.

BENOR, D.; BAXTER, M. La vulgarisation agricole par la formation et les visites. Washington: Banque Mondiale, 1984.

BIGGS, S.D. *Participatory Technology Development: reflections on current advocacy and past technology development*. In: Participatory Technology Development Workshop "The limits of participation", 1995. London: ITDG, 1995. (mimeografado).

BROSSIER, J.; PETIT, M. Pour une typologie des exploitations agricoles fondée sur les projets et les situations des agriculteurs. Economie Rurale (122), 1977: 31-40.

CASTELLANET, C. Is farming system research a science? A review of the anglo-saxon literature. In: Symposium International Recherches Systèmes en Agriculture et Developpement Rural. Montpellier, 1994: 148 – 154.

CHAMBERS, R.; PACEY, A.; THRUPP, L.A (eds.). *Farmer First: farmer innovation and agricultural research*. London, Intermediate Technology Publications, 1989.

COLLINSON, M. The development of african farming systems: some personal views. Agric. Administration, 29, Barking, 1988.

DARRE, J.P. L'invention des pratiques dans l'agriculture: vulgarisation et production locale de connaissance, Paris, Karthala, 1996.

DUFIMIER, M. Systèmes agraires et politiques agricoles. In: Symposium International Recherches Systèmes en Agriculture et Developpement Rural. Montpellier, 1994:926 – 931.

GASPARIN, A . Cours d'agriculture, T 5. Paris: Maison Rustique, 1844.

GOMES, J. C. C.; GUASP, J. T. Interdisciplinarietà y democratización en la investigación y en el desarrollo agrario. Anais do III Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, Florianópolis, SBS, 1998.

JOUBE, P. Approche systemique et formation des agronomes. In: Symposium International Recherches Systèmes en Agriculture et Developpement Rural. Montpellier, 1994: 834 – 840.

MERRIL-SANDS, D.; COLLION, M. H. Making the farmers voice count: issues and opportunities for promoting farmer-responsive research. Journal for Farming System Research-Extension, Vol. 4, No. 1, 1992: 139-161.

METRICK, H. Recherche agricole orientee vers le developpement: le cours ICRA. Wageningen, ICRA, 1994.

NAGEL, U.J. Alternative approaches to organizing extension. In: SWANSON, B.E. (et al.) *Improving Agricultural Extension: A reference manual*. Rome, FAO, 1997:13-20.

NORMAN, D. W.; BAKER, D.; HEINRICH, G.; WORMAN, F. Technology development and farmer groups: experiences from Botswana. Experimental Agriculture (24). London, 1988: 321-331.

- OSTY, P. L. L'exploitation agricole vue comme un système. Bulletin Technique BTI. 326. 1978: 43-49.
- PILLOT, D. Recherche-développement et farming system research: concepts, approaches et méthodes. Réseau Recherche-Développement, 1987.
- RHOADES, R. E. Breaking new ground. Agricultural anthropology. Lima: CIP, 1984.
- RHOADES, RE.; BOOTH, R.H. Farmer-back-to-farmer: A model for generating acceptable agricultural technology. *Agricultural Administration*, Vol.11, 1982: 127-137.
- RÖLING, N.G. *Extension Science: information systems in agricultural development*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- SAGAR, D.; FARRINGTON, J. *Participatory approaches to technology generation: from the development of methodology to wider-scale implementation*. London, ODI, 1988.
- VELDHUIZEN, L.V.; WATERS-BAYER, A.; ZEEUW, H. DE. *Developing technology with farmers. A trainer`s guide for participatory learning*. New York, Zed Books/ETC, 1997.

Temas e questões obrigatórias

Os termos da construção das propostas em foco convergem na demonstração da superação dos parâmetros que nortearam os anteriores modelos de aplicação da assistência técnica. De qualquer forma, relembro, eles foram em grande parte implodidos pela extinção do aparato institucional criado para propugnar a orientação de comportamentos econômicos produtivistas ou tecnicistas. Os autores entram então em acordo quanto ao reconhecimento de uma crise no exercício institucional da assistência técnica.

No Brasil, como em outros países do mundo, a assistência técnica enfrenta críticas porque seus modelos de atuação estão esgotados e não correspondem às necessidades de agricultores que enfrentam o desafio da sustentabilidade. Esta situação agrava-se pela separação e ausência de interação sistemática entre a pesquisa e a assistência técnica, que se reflete no baixo nível de desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a agricultura familiar no seu contexto ambiental e sócio-econômico.

Até o início dos anos 90, desenvolveram-se modelos calcados na concepção difusionista, em que os agricultores eram receptores de conhecimentos e tecnologias considerados indispensáveis ao seu desenvolvimento. Recentemente, a idéia de diminuição da presença do Estado na economia e a própria crise enfrentada pelos modelos utilizados influenciaram praticamente na extinção deste serviço. "80% do total dos estabelecimentos se encontram atualmente sem atendimento" (ECHENIQUE, 1998: 16).

Agricultores e técnicos dos bancos apontam a falta de assistência técnica como um dos maiores problemas da agricultura no Estado, principalmente quando constata-se a importância do setor na economia, especialmente a agricultura familiar, como também o seu impacto na alteração da paisagem e no manejo de recursos naturais (SCHMITZ, 2002: 1-2).

Antes dos anos 60 o modelo era simplesmente de transferência uniforme do progresso técnico. Os centros de pesquisa agrônômica trabalhavam quase que exclusivamente para aumentar a produtividade do trabalho na agricultura dita "moderna", cujo paradigma era a agricultura norte americana, altamente mecanizada. O papel dos agentes de extensão se limitava em fazer conhecer as tecnologias aos agricultores interessados. O modelo TOT (Transfer of Technology) era privilegiado como estratégia de desenvolvimento, não havendo qualquer participação dos agricultores. A estes cabia apenas aceitar ou rejeitar a tecnologia.

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 8, n. 7	pp. 68-93	Jul./Dez. 2005
--------------	---------------------	-------------	-----------	----------------

Nos anos 60 houve uma crise deste paradigma em duas regiões do mundo. Na Europa, as organizações de agricultores, dirigidas por médios agricultores familiares que tinham um grande peso político, reivindicaram um melhor controle da política agrícola e das instituições de pesquisa e apoio à agricultura. Eles passaram a participar ativamente na definição da política agrícola da comunidade econômica européia, em formação, e conseguiram que o estabelecimento agrícola familiar modernizado ficasse como objetivo central desta política. Para operacionalizar tal objetivo, os representantes das organizações de agricultores avançaram no sentido de assegurar participação ativa nas instâncias decisórias das instituições de pesquisa agrônômica, de crédito e de extensão rural.

Ao mesmo tempo, foi constatado que vários países do chamado terceiro mundo não conseguiam desenvolver a sua produção agrícola no mesmo ritmo que seu crescimento populacional, havendo registros de várias crises de fome em países da África e da Ásia. Concluiu-se que o modelo mecanizado e intensivo em capital não era adaptado e que se fazia necessário um novo modelo de agricultura, adequado aos trópicos e às condições agroecológicas e sócio-econômicas dos pequenos agricultores, predominantes na maioria desses países. Foi o impulso da Revolução Verde lançada pelos centros de pesquisas agrônômicas internacionais.

A idéia básica era selecionar no quadro das tecnologias modernas disponíveis as mais promissoras para os pequenos agricultores, mobilizando em particular os conhecimentos acerca do melhoramento genético das espécies cultivadas, dos fertilizantes químicos e dos agrotóxicos. Para se verificar a possibilidade de adoção pelos agricultores, investiu-se num novo modelo de relação entre a pesquisa, a extensão e os agricultores. Os centros de pesquisa selecionavam essas tecnologias ditas promissoras, em seguida tornavam-nas disponíveis para os centros nacionais de extensão que, posteriormente, as difundia para os centros regionais. Aos extensionistas cabia divulgar a tecnologia realizando testes nas propriedades dos agricultores ou em áreas de localidades rurais (comunidade). O modelo de extensão, fundado numa visão de comunicação linear (produtores e receptores de informação), era conhecido como “mancha de óleo” e se fundamentava na idéia de que bastava trabalhar com alguns agricultores “modelos”, selecionados pela sua abertura intelectual, para convencer, por efeito de demonstração, os outros agricultores tidos como atrasados e resistentes às mudanças técnicas [...]

Essas experiências revelaram rapidamente a necessidade de se trabalhar com “pacotes tecnológicos”, ou seja, introduzir uma seqüência de inovações conjuntas, por tipo de produto, para obter resultados econômicos satisfatórios. Isso apontava para a existência de uma política agrícola de crédito integrada com o fornecimento de inputs indispensáveis nesta estratégia de desenvolvimento agrícola. Portanto, a articulação entre as indústrias produtoras de insumos e os governos, cujo papel principal era garantir os preços mínimos dos produtos agrícolas, configurava-se como condição necessária.

A Revolução Verde foi um sucesso em algumas áreas específicas. ...Não obstante o rápido crescimento da produção, houve também sérios desequilíbrios sociais, associados ao favorecimento de um certo tipo de agricultor (médios a grandes) que levou a exclusão dos pequenos agricultores, acelerando, conseqüentemente, o êxodo rural. Todavia, a principal crítica a este modelo de desenvolvimento reside no fato de o mesmo não ter conseguido alcançar algumas áreas agroecológicas consideradas mais marginais (de forma geral), como é o caso da África, em particular, deixando de lado também a grande maioria dos produtores rurais dos trópicos, em geral pequenos agricultores com baixo nível de capital (METTRICK, 1994) (SIMÕES e OLIVEIRA, 2002, impresso).

Em todos estes anos de existência, a extensão rural sempre foi um serviço separado da pesquisa, mesmo em instituições responsáveis pelas duas atividades (MARTINS, 1996). E a crítica de Ölinger (presidente da Embrater

entre 1979 e 1985 [...] que existe "muita tecnologia nos estabelecimentos oficiais de pesquisa, mas pouca produção de técnicas ou conhecimentos utilizáveis na prática pelos agricultores", pode ser aplicada à situação atual. Em função do processo de desmantelamento dos serviços de assistência técnica no Brasil com a redução da presença do Estado a partir do ano de 1991, hoje pode-se constatar "que existe no país um amplo consenso em diagnosticar que o sistema de extensão rural enfrenta uma crise de múltiplas formas" (ECHENIQUE, 1998, p. 1), caracterizada pela perda de legitimidade e credibilidade, problemas orçamentários, escassa possibilidade de ação operativa, perda de patrimônio, baixa incorporação de novos quadros técnicos, falta de apoio político e por uma crise dos paradigmas (SCHMITZ, 2002; impresso).

Os autores por mim tomados para análise, preconizam, em sintonia, a condenação da formação especializada e disciplinar, advogando, em contraposição, a formação do extensionista, hoje agente de desenvolvimento econômico e social, orientada pelo enfoque pluridisciplinar, propiciador da definição holística do agricultor. Insistem na importância da adoção de metodologias propiciadoras da construção de saber coletivo, de produção de adesões e de participação pelos agricultores.

O saber multidisciplinar se impõe tendo em vista a eleição da unidade social de intervenção: sistemas de produção. A rigor, nos textos aqui analisados, não há, explicitamente, uma definição precisa do *sistema de produção*, talvez porque esta noção represente uma unidade social totalizante, de configurações múltiplas, que incorpora a ação social, econômica e política de diferenciados agricultores. Realçando a diversidade pelas variantes situacionais de um modelo comum de organização da produção, os agentes de desenvolvimento devem então operar sob generalizações de tipos, construídos em conformidade com a relação entre o agricultor (e sua família), os modos de gestão da unidade de produção e as formas de investimento na alocação de recursos. Esta perspectiva leva em conta as formas de inserção social dos agricultores e as alternativas por eles construídas para interferir na redistribuição de recursos ou, diante da escassez, no melhor aproveitamento desses fatores.

Una parte importante de la crisis institucional de la ATER se explica también por el progresivo desajuste que se produjo entre la demanda y expectativas de los beneficiarios potenciales y la eficacia de su métodos y herramientas de trabajo. Esta situación se deriva directamente de la inadecuación del perfil profesional ATER frente a la complejidad creciente de los problemas que debían ser tratados por los productores con la ayuda de técnicos y profesionales.

En efecto, los problemas relacionados con el ambiente socio-económico de las unidades de producción se fueron transformando en los principales cuellos de botella para el desarrollo de los negocios de la agricultura familiar (Moreno e Flores, 1992, impresso).

A metodologia de Pesquisa-Desenvolvimento em Sistemas de Produção Agrícola (PDSP), em síntese, consiste em partir da observação da realidade agrária para distinguir os diferentes tipos de agricultores em função do meio envolvente, compreender a lógica interna dos sistemas de produção de cada tipo, em função dos objetivos da família, dos meios de produção, das tecnologias disponíveis e dos principais constrangimentos/restrições encontrados.

A partir deste conhecimento aprofundado dos sistemas de produção dos agricultores, poder-se-ia selecionar tecnologias promissoras a serem introduzidas a partir de testes nos estabelecimentos agrícolas, da experimentação em meio real (nas áreas de produção dos agricultores); ou depois de validação em estações experimentais deslocadas para áreas rurais. Poder-se-ia, também, reorientar as prioridades de pesquisa agrônoma para atender às necessidades maiores de todos ou certos tipos de agricultores em função da política geral do país (PILLOT, 1987). Este

conhecimento profundo do sistema de produção e do sistema agrário também poderia servir de base à definição de políticas agrícolas mais adaptadas ao contexto social, econômico e agroecológico em que vivem os agricultores, do que o uso de metodologias de avaliação econômicas clássicas (DUFUMIER, 1994; SIMÕES e OLIVEIRA, 2002, impresso).

Organizando a reflexão a partir da noção de *crise*, os autores vão constituindo, dos escombros da implosão institucional da ATER, a face oposta ou desejada para a assistência técnica.

Los profundos trastornos recientes de la institucionalidad pública ha generado una debilidad crónica de los organismos tradicionales del sector rural y agropecuario, reduciendo su capacidad operativa o simplemente provocando su desaparición progresiva...

Es sabido que originalmente los organismos de asistencia técnica y extensión rural orientada a pequeños productores surgieron como estructuras de servicio público - como tantas otras relacionadas con el desarrollo socio-económico - impregnadas de una rígida cultura administrativa y burocrática exigida por el carácter estatal de sus financiamientos.

Este sello distintivo original marcó las cinco décadas del desarrollo de los servicios ATER en casi todos los países occidentales y produjo varios problemas que caracterizaron su posterior decadencia, tales como altos costos de funcionamiento administrativo, procedimientos operacionales engorrosos y demasiado dilatados, paternalismo y clientelismo (MORENO e FLORES, 2002, impresso).

A perspectiva holista (para a construção dos parâmetros da prática dos extensionistas rurais) é defendida como antídoto ao correlato processo de ampliação da defesa dos interesses corporativos desses profissionais, aguçados diante das ameaças de extinção ou diminuição drástica da demanda no mercado de trabalho.

En efecto, debe anotarse que desde una etapa muy temprana, probablemente a partir de lo 60, tanto la investigación agropecuaria como la enseñanza media y superior correspondiente fueron gestionadas con rígidos criterios de defensa o protección corporativas, impidiendo así visiones más holísticas o menos especializadas del proceco de producción agropecuaria. De este modo, numerosas instituciones se tornaron cada vez más especializadas y auto-referentes, llegando a ser incapaces de asumir debidamente otras funciones que no fueran estrictamente las agronómicas y zootécnicas, al nivel de sistemas de cultivo.

Como consecuencia de los desajustes funcionales anotados, la ATER se vio amputada de grandes áreas del conocimiento necesarias para comprender adecuadamente la complejidad del desarrollo rural. Esto contribuyó a crear las condiciones para generalizar un perfil profesional de los trabajadores de ATER empobrecido y desadaptado a las necesidades de un proceso cada vez más exigente (MORENO e FLORES, 2002; impresso).

Ressalta-se então o acordo quanto aos termos da qualificação das propostas de renovação ou reconstituição da ATER. Eles aludem a problemas que, considerados por pontos de vista diversos, estão sendo hoje construídos sob certa convergência, pelo menos entre os profissionais que se debruçam sobre o investimento na constituição destes novos quadros institucionais.

Las cuestiones de comercialización, de marketing, de agregación de valor, de gestión de la calidad relacionados con mediambiente y salud pública, de gestión empresarial, de valorización de los territorios, etc., se fueron quedando sin respuesta adecuada de la ATER. Se puede decir que

actualmente estos asuntos forman parte del foco esencial de la problemática de ATER (MORENO e FLORES, 1992; impresso).

Para os agricultores assim constituídos e para os profissionais da assistência técnica que lhes correspondam, os autores aqui considerados, irmanados no investimento coletivo para estas constituições recíprocas, acentuam a importância do deslocamento das concepções sobre as respectivas posições, isto é, da construção de outros modos de percepção e reconhecimento sociais: de agente econômico estrito senso para produtor social; e de agente interventor para agente do desenvolvimento rural. Ambos são deste processo emergidos como novos profissionais. Assim sendo, os autores procuram definir os padrões de constituição da formação básica, geralmente, no caso, a universitária, tanto no plano da graduação como da pós-graduação.

Cabría preguntarse por qué se produjo esta acumulación de problemas sin respuesta adecuada durante tan largo período sin que se hayan registrado iniciativas para resolverlos. Nos parece que la respuesta hay que buscarla por el lado de la investigación y de la enseñanza técnica y superior relacionada con ATER y el desarrollo agrícola y rural (MORENO e FLORES, 1992, impresso).

Da definição das carências do antigo padrão de prestação de serviços, os autores desenham a constituição de novos parâmetros:

Como ya fue señalado, estas dos instituciones (de formação de quadros em nível superior e de prestação de serviços) carecieron de medios (prospectiva, análisis de mercado, estudios y diagnósticos agro-socio-económicos, etc.) que permitieran percibir la evolución y la transformación profunda que estaba afectando al sector agropecuario. Los instrumentos de monitoreo de que disponían estaban demasiado concentrados en enfoques de especialización agronómica y zootécnica; no disponían de capacidad para construir enfoques holísticos o pluridisciplinarios; estaban demasiado encerradas en esquemas de desarrollo auto-referentes (Moreno e Flores, 1992, impresso).

(Constituição de).... programa de formação superior, em nível de graduação e pós-graduação, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável desta categoria (agricultor familiar). Este programa se integra num dispositivo mais amplo denominado Pesquisa-Formação-Desenvolvimento Sustentável das Agriculturas Familiares Amazônicas, em que as sinergias entre os componentes Formação e Pesquisa-Desenvolvimento traduzem o seu caráter inovador.

[...] incorporando elementos “inovadores” como a consideração da lógica de reprodução dos agricultores familiares e os diferentes níveis de apreensão da realidade, a partir do contato com a sociedade rural, o mesmo (o profissional voltado para a implantação das propostas de desenvolvimento rural) vem enfrentando sérios desafios como: o de trabalhar na interface entre as ciências sociais e as ciências agrárias, aquisição de legitimidade institucional, articulação com as propostas de desenvolvimento das organizações dos agricultores, entre outros. Observa-se, porém, que a busca pela superação destes desafios tem se constituído num importante espaço de reflexão e debate, permitindo uma análise crítica acerca das contribuições e limites do enfoque sistêmico na formação superior voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar. (SIMÕES e OLIVEIRA, 2002: impresso).

Considerando os fragmentos de textos anteriormente por mim recortados, pode-se concluir sobre o acordo básico instaurado entre os que investem na formação diferenciada do profissional a se dedicar ao processo de constituição dos *agricultores familiares*: o caráter holístico e interdisciplinar do método de ensino, da formação e do exercício prático

da assistência técnica, vinculada, também sob pleno acordo, ao referente processo de *desenvolvimento rural*.

La consecuencia de esto es evidente : siendo la investigación y la enseñanza las encargadas de proveer y renovar los conocimientos y el personal de las instituciones de ATER, el aporte de nuevas visiones sobre el desarrollo rural no llego a tener la fuerza necesaria, durante mas de dos generaciones. Este fenómeno debe tener, incluso, una lectura a nivel internacional. En efecto, la investigación agropecuaria de nuestros países ha estado inserta en un esquema del mismo tipo. Por ejemplo, si se preguntaba a un Director General de EMBRAPA hace 20, 10 o solo 5 años atrás, dónde y en cuales materias estaban haciendo doctorados sus jóvenes investigadores, la respuesta podía ser, casi seguramente, que entre 80% y 60% de ellos estaban en las disciplinas clásicas de la producción agropecuaria. Y, si esta misma pregunta se hiciera hoy día...?

Esta pregunta ingenua... o pequeña provocación permite enfocar un último problema relacionado con los métodos y herramientas profesionales de la ATER. Es cierto que recientemente (últimos 10 años?) una gran preocupación sobre estos asuntos socio-económicos de la producción de la agricultura familiar ha sido asumida por numerosas ONG's y otros organismos asociativos o de economía solidaria (cooperativas, comités de productores). También es cierto que ciertas políticas públicas han estado incorporando estos asuntos en los programas de fomento (PRONAF).

Sin embargo, en la mayoría de los casos se observa una menguada oferta de especialistas en estas materias o a una oferta de servicios profesionales insuficientemente preparada. Esto no puede ser de otra forma: como la producción patronal y empresarial se confronta con los mismos desafíos, los mejores profesionales son captados por estas empresas, en un mercado laboral cada vez más competitivo. Este es el precio que se paga hoy por las tres o cuatro décadas durante las cuales no hubo suficiente inversión en capital humano diversificado en las instituciones públicas (Embrapa, universidades) que abastecen la ATER para la agricultura familiar. (MORENO e FLORES, 1992, impreso).

O acordo embausa novas convergências, entre elas a necessidade de os profissionais da assistência técnica aprenderem a dialogar e incorporar o ponto de vista, os saberes e as experiências dos agricultores. O diálogo ou a valorização da interlocução são princípios básicos para adoção de metodologias pertinentes, como aquelas aglutinadas sob os termos de metodologia sistêmica, cuja unidade de intervenção é construída sob perspectiva morfológica e funcional, todavia integrando as unidades familiares e de produção ao entorno de relações que as constituíram e asseguram-nas reprodução (evidentemente diferenciada):

Apesar do movimento dos FSRE (Farming System Research Extension) ou da PDSP (Pesquisa-Desenvolvimento em Sistemas de Produção Agrícola) significar alguns avanços em relação à abordagem anterior, no sentido de considerar o estabelecimento agrícola como um todo, as potencialidades e limites do meio envolvente, e, sobretudo, de incorporar a hipótese da racionalidade dos agricultores como fonte explicativa das suas estratégias de reprodução social e econômica, permanece a idéia de geração, transferência e difusão de tecnologia numa perspectiva de adoção ou rejeição. Os centros de pesquisa continuam a orientar todo o processo de pesquisa, sem considerar as demandas e as prioridades dos agricultores. A realização da experimentação e testes de validação em áreas de agricultores em substituição à estação de pesquisa não é suficiente em si para assegurar a participação dos agricultores, sobretudo quando os mesmos não participaram do processo de decisão sobre o que seria experimentado e testado.

Nessa perspectiva, é importante considerar que o enfoque sistêmico (FSRE ou PDSP) pode ser adotado numa concepção vertical e descendente do desenvolvimento agrícola, de "cima para baixo", em que permanece a

lógica dos pesquisadores detentores do conhecimento (Pinheiro, 1996). Finalmente eles detêm o poder das informações retiradas do contexto dos agricultores, definem as prioridades de pesquisa e manipulam todo o processo de experimentação juntamente com técnicos extensionistas, cabendo apenas aos agricultores, em alguns casos, definirem alguns elementos da experimentação no quadro das opções oferecidas pelos pesquisadores, respeitando, ainda, certos princípios de padronização não definidos por eles (SIMÕES e OLIVEIRA, 2002, impresso).

Repensando e reformulando a assistência técnica

Muitas propostas de assistência técnica têm sido colocadas em prática enquanto experimentação e validação, quando nada, no contexto da sociedade brasileira. Reconhecendo-se no bojo de um investimento coletivo e construindo novas propostas a partir da crítica ao que se nega e, por contraposição, se toma, hegemonicamente, como referência, os autores enfrentam, nos textos, dificuldades de conceber sistemas classificatórios mais pertinentes às proposições teóricas e metodológicas que advogam. Posicionam-se como participantes estimuladores da colocação em prática de um processo, cujo ponto de chegada não foi e não pode ser totalmente vislumbrado. Entrementes, tal ponto de chegada só pode ser base de uma utopia mobilizadora e condutora de posturas inovadoras, porque, agora sob certezas, funda-se em valores que se contrapõem aos atribuídos ao modelo produtivista. Por isso, os autores expõem experiências, um tanto ou quanto orientados sob o princípio de que os homens fazem história, mas nem sempre vislumbram o seu desfecho ou sabem exatamente o que fazem. A realização dos seminários, por isso, apresentou-se como um espaço fundamental para o debate coletivo e para consciência da sintonia de companheiros viajantes de um mesmo barco que, longe de se apresentar à deriva, segue planos e mapas bem cuidados e de eficácia negociada e conquistada. Ao mesmo tempo, por tais condições de possibilidade, os seminários se apresentaram como espaço coletivo para a tomada de consciência e para a conquista de legitimidade das emergentes proposições.

Uma delas, anteriormente demonstrada em texto da autoria de Simões e Oliveira (2002), vem sendo desenvolvida pelos profissionais do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, da Universidade Federal do Pará. Os autores/atores dessa experiência investem na construção de fundamentos para “uma epistemologia do desenvolvimento agrícola”. Elaboram-na cotejando a singularidade contraposta por uma periodicidade amplamente aceita entre esses profissionais da assistência técnica, que distingue três momentos-típicos “na história dos sistemas de pesquisa e extensão para a agricultura nos últimos cinquenta anos: o modelo de transferência de tecnologia; o impulso da revolução verde e a emergência da pesquisa-desenvolvimento em sistemas de produção”, isto é, aquela à qual os autores, no momento, aderem e reproduzem.

A reflexão no início dos anos 70, a partir de vários trabalhos aprofundados sobre a difusão de tecnologias, constatou que as decisões dos agricultores não podiam ser analisadas a partir de cálculos econômicos clássicos. Não se tratava de simplesmente aceitar ou rejeitar uma tecnologia em função dos custos adicionais gerados e dos retornos econômicos que as mesmas poderiam propiciar, mas de considerar os objetivos das famílias, suas diferentes estratégias, assim como as inter-relações entre as diferentes atividades em nível do sistema de produção (BROSSIER e PETIT, 1977). A partir daí, então, o conceito de sistema de produção, que já era bem conhecido na tradição agrônômica européia (GASPARIN, 1844), foi estendido para designar todo o estabelecimento agrícola (OSTY, 1978). A consideração da família como centro de decisão e pilotagem do sistema de produção levou à terminologia “sistema família-estabelecimento agrícola. (SIMÕES e OLIVEIRA, 2002; impresso)

Destacam então os autores que os modelos sucessivamente anunciados e experimentados são quase sempre caldatários das categorias analíticas de outros sistemas de pensamento, pois que enquanto armadilhas, ainda aprisionam as pressupostas novas experiências. As mudanças têm recorrentemente representado desdobramentos operacionais, todavia insistentemente orientados pelo princípio produtivista-tecnicista. Este reconhecimento constitui então importante contribuição dos autores ao esforço coletivo dos que propugnam romper nós górdios.

Aliado ao discurso do método cartesiano (DESCARTES, 1996), de evidência objetiva, redução do todo às partes, de relação de causa-efeito e recenseamento exaustivo no ato da observação, as ciências agrônômicas consolidaram o paradigma produtivista-tecnicista no processo de produção do conhecimento, adotando os modelos de transferência de tecnologia e os métodos da Revolução Verde como estratégias de desenvolvimento. Os centros de pesquisa e de ensino foram, então, reestruturados e/ou criados no quadro deste paradigma, mantendo o agricultor como agente passivo e aberto a inúmeras adesões.

Transpondo a análise para o caso brasileiro iremos verificar que em meados dos anos 60, para lançar as bases do processo de modernização da agricultura, decorrente do impulso da Revolução Verde, houve uma conformação dos aparelhos de Estado ligados à pesquisa, ensino e extensão, no campo das “ciências agrônômicas”. Os cursos profissionalizantes de técnico em agropecuária de nível médio, por exemplo, foram criados em 1969 e várias escolas (cursos) de agronomia foram criadas a partir deste período em diante.

[...] A crítica aos métodos da Revolução Verde, bem como às suas conseqüências, levou ao desenvolvimento de uma nova metodologia de geração e transferência de tecnologias adaptadas aos pequenos agricultores, a partir do enfoque sistêmico. Dá-se início então ao movimento conhecido como Farming System Research Extension (FSRE) ou Recherche-Devéveloppement en Systèmes de Production. [...] (SIMÕES e OLIVEIRA, 2002; impresso).

Salientam os autores que os termos da nova proposta metodológica foram incorporados como roupagem nova a um corpo de idéias orientadas pelo mesmo princípio do produtivismo. Baseando-se em críticas já consolidadas a respeito do continuísmo da prática extensionista, eles acrescentam:

[...] Advertem (PILLOT, 1987 e DUFUMIER, 1994, conforme referência destacada por Simões e Oliveira no texto) que o conceito de sistema de produção tem sido empregado de forma bastante distorcida; apropriado pelas instituições de pesquisa e extensão rural para reforçar a necessidade de se trabalhar com pacotes tecnológicos, levando a cabo as estratégias de desenvolvimento ligadas ao paradigma produtivista-tecnicista. Assim, circulou em larga escala pelo país várias cartilhas intituladas “Sistema de Produção” do arroz, do milho, dos bovinos, dos suínos etc., que, na maioria dos casos, caracterizavam-se como o receituário do extensionista a ser seguido pelos agricultores. Mais uma vez reforçava-se a idéia da ação guiada pelo produto, sem considerar os principais atores no processo de desenvolvimento – o agricultor e sua família. De visão sistêmica, holística, estas receitas nada tinham, pois não levavam em conta nem o conjunto de atividades dos estabelecimentos agrícolas, nem o meio agroecológico e sócio-econômico dos agricultores.

Apenas no fim dos anos 80 é que a metodologia de PDSP, baseada no enfoque sistêmico aplicado à agricultura, chega ao Brasil. Entre estas experiências podemos citar aquelas desenvolvidas em Silvânia, no Estado de Goiás, na Embrapa Semi-árido (CPTSA), em Petrolina – PE, na Universidade de Ijuí, no Rio Grande do Sul, e na Universidade Federal do Pará. A experiência da UFPA se inicia a partir do programa CAT (Centro Agroambiental do Tocantins), em 1989, e culmina na criação do Núcleo de

Ampliação das adesões, da legitimidade e do mercado de trabalho

Constituindo-se como elaboradores da consciência crítica dos profissionais da ATER e, assim, propugnadores da reconstituição ou da reconversão social da categoria enquanto agentes de desenvolvimento, os autores apontam para a expansão da base dos segmentos da clientela consumidora de serviços técnicos. Nestes termos, põem em destaque o papel ativo dos extensionistas na reprodução ou na aplicação de critérios seletivos e excludentes de ampla camada de agricultores, pois que estão distanciados dos benefícios e dos recursos públicos redistribuídos para efeitos de integração a um dos modelos de modernização agrícola.

Outro elemento que contribuyó de manera importante a la crisis de la ATER de tipo público o estatal ha sido el inevitable proceso de selección de los productores familiares atendidos. En esto, una parte de la explicación puede buscarse en la progresiva fusión operada entre crédito rural y asistencia técnica. En numerosos casos las dos funciones estaban encargadas a la misma agencia estatal y era bastante lógico imaginar que en ese caso la asistencia técnica era frecuentemente un complemento de un crédito. Seletiva, diferenciadora e excludente, éste beneficiaba prioritariamente a productores con ventajas comparativas importantes en lo referente a capacidad de reembolso, garantías, nivel de conocimientos técnicos, capacidad de ejercer presión a través de organizaciones, facilidades de acceso, etc.

En los casos en los que el crédito y la ATER estaban encargados a agencias diferentes, los criterios selectivos operaron frecuentemente de forma similar, aunque por razones diversas, muchas veces fundadas en comportamientos clientelistas o paternalistas de los respectivos organismos. En todo caso, las limitantes financieras actuaron como frenos importantes en la expansión de las innovaciones técnicas propuestas por la ATER, reforzando la selectividad de la población atendida (MORENO e FLORES, 2002, impresso).

O processo de expansão da base de agricultores integrados aos recursos institucionais em circulação, mas também daqueles transferidos de outros setores econômicos pela redimensão dos parâmetros do desenvolvimento econômico e social, também o é de redefinição do profissional da assistência técnica e extensão rural.

La ATER y los diferentes actores sociales (productores, académicos, empresas, políticos, etc.), confrontados a este proceso, no han podido desencadenar los debates y las dinámicas que permitan reposicionar globalmente (conceptos, misión, metodología, herramientas profesionales, etc.) la función ATER. De este modo, no se ha desarrollado capacidad para aprovechar las nuevas oportunidades que se perciben en los ambientes competitivos de la economía globalizada y, tanto los productores rurales como los técnicos viven este prolongado proceso de recomposición de los servicios de ATER con un marcado sentimiento de impotencia. (MORENO e FLORES, 2002; impresso).

De qualquer forma, concordam todos os autores: a reconversão e a reconstituição sociais do aparato institucional destinado à prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural só serão processos vigorosos, se os agricultores estiverem politicamente organizados. Esta organização, voltada para o encaminhamento de reivindicações básicas ao processo de enquadramento institucional, torna-se princípio básico ao reconhecimento

social. Grandes expectativas são atribuídas às diversas formas de participação política dos agricultores. Este é o ensinamento que a revisão da literatura produzida em outros campos intelectuais assegura aos interessados na reconstituição dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil.¹²

À defesa da reestruturação dos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural também corresponde à construção de novos campos de forças, onde se dinamiza a disputa pela elaboração e praticidade de métodos de intervenção. Tal reestruturação é geralmente capitaneada pela rede de representantes de organizações não-governamentais e pela recente criação de cooperativas de prestadores de serviços. Este último processo foi em grande parte fomentado pelas alternativas abertas pela constituição do Projeto Lumiar. No geral, referenciados por parâmetros da contraposta economia solidária, os profissionais constituídos no bojo dos processos de formação de quadros de instituições privadas (ou não-governamentais) têm imposto àqueles ainda afiliados ou desejosos do engajamento no serviço público, a contínua reflexão sobre as exigências da reconversão social.

Aprisionados pela auto-imposta elaboração de fatores da advogada *mea culpa*, os autores ainda se embaralham numa epistemologia do desenvolvimento agrícola, baseada em reflexões sobre acúmulos de saltos de etapas que, por vezes, pressupostamente, superam-se. No decorrer do processo assim concebido, parâmetros de projetos nacionais de assistência técnica são valorizados, mesmo que apenas como demonstração das possibilidades de reconstituição da rede de prestação de serviços públicos em assistência técnica e extensão rural. No contexto do processo coletivo de redefinição da assistência técnica, para certos autores, a laudação de proposta nacional recaía então sobre as potencialidades do Projeto Lumiar, primeiro esforço de planejamento relativamente democrático:

No ano de 1997 foi implementado no Brasil o Projeto Lumiar como fruto de pressão dos movimentos sociais e do reconhecimento do governo federal quanto à insuficiência das suas ações no componente de assistência técnica nas áreas de reforma agrária, especialmente diante do perigo de que os investimentos nos outros componentes, como acesso à terra, infraestrutura e crédito, fossem comprometidos. Surgiu como um programa emergencial em que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (fora) o principal provedor de recursos e responsável pela supervisão, mesmo que este órgão não tenha entre as suas atribuições programas de fomento e assistência técnica. Por isso, o projeto (definia-se pela vigência em) tempo limitado, prevendo nas suas orientações básicas: "Estímulo à recuperação das instituições de extensão rural no país, de maneira a reduzir gradualmente a necessidade da ação do INCRA em funções típicas de política agrícola, como assistência técnica." O Projeto Lumiar poderia ser, assim, o núcleo de uma nova assistência técnica (INCRA, 1997, p. 6; 16) Como o Projeto Lumiar foi extinto, em 18 de junho do ano 2000, surpreendendo todos os envolvidos pela falta de informação prévia e de uma explicação convincente, durante uma fase de conflitos entre governo federal e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), não existe atualmente um serviço de assistência técnica regular para os projetos de assentamento.

Na região Norte, os órgãos da assistência técnica estão absorvidos pelos projetos de crédito. A elaboração dos projetos não deixa tempo para o aconselhamento técnico-gerencial dos agricultores, muitas vezes nem para o acompanhamento mínimo (vistoria) dos projetos. Há técnico responsável

¹² Estes mesmos ensinamentos podem ser ressaltados das reflexões sobre o processo de constituição institucional dos agricultores patronais no Brasil. À criação da Sociedade Nacional da Agricultura, corresponderam a criação de ministério específico, a constituição de redes de escolas de formação de agrônomos e veterinários e um amplo aparato institucional de transferência de recursos sustentado na criação das associações rurais.

pelo acompanhamento de mais de 400 projetos. (SCHMITZ, 2002; impresso).

Considerações finais

As reflexões anteriormente apresentadas são impeditivas da aceitação naturalizada das concepções atribuídas ao termo *agricultura familiar*, distinção redundante¹³ mas tão valorizada para efeitos da mútua construção social de agricultores e especializados (ou assim desejados) agentes de desenvolvimento. Este termo representa, como espero ter demonstrado, a cristalização de investimentos políticos e posturas ideológicas, que hoje orientam polarizações formuladas no campo político de concorrência por redefinição das formas de redistribuição de recursos públicos estatais. As formas de percepção do mundo que organizam as relações no campo de produção intelectual assim delimitado, portanto constituídas relacionalmente, dependem das condições como os agentes aí representados investem no próprio reconhecimento social e político. E, nestes termos, criam alternativas por vezes distanciadas dos supostos beneficiários ou daquelas por estes requeridas, isto é, do grupo de produtores em causa. Esta defasagem é em parte caldatária das disputas em jogo pelos que desejam a hegemonia das referências da constituição e do enquadramento institucionais dos postulados *agricultores familiares*.

A prática dos *agricultores* ditos ou desejados *familiares* ou sua orientação produtiva, para além das orientações referenciadas ao projeto de reprodução familiar, também têm por parâmetro os significados culturais constitutivos das condições em que são construídos os modos de integração institucional, como procurei demonstrar. Estes modos são balizadores das possibilidades criadas e a serem desdobradas, das circunscrições e dos constrangimentos que lhes são inerentes.

O reconhecimento da necessidade de alteração das formas de integração institucional dos agricultores pressupõe a construção de outras percepções deles mesmos sobre si e sobre os outros. Do ponto de vista dos mediadores que se apresentam como aliados, também a adoção de metodologias de intervenção construídas para fins diversos. Múltiplos fatores e mediações sociais devem então ser levados em conta para o processo de engajamento político que torne viáveis as mudanças sociais proclamadas, tal como advogam os autores por mim tomados como exemplares para a análise.

A interligação de universos de saberes, se não lhes fosse impertinente, poderia afirmar, como advogam os autores, fundamenta-se em troca de conhecimentos sobre pressupostos de sua constituição e institucionalização, mas também de transmissão de patrimônios fundiários e culturais. Contudo, só se torna possível pelo diálogo contínuo, pela reflexão reiterada em torno de problemas e avaliação de soluções. Por tal razão, meus arbitrariamente convidados autores negam o princípio da difusão de informações, anteriormente tão laureado no campo da assistência técnica e extensão rural. O processo reivindicado é de formação de novas atitudes e percepções. Elas devem propiciar, aos protagonistas agricultores, a co-gestão das relações com os representantes das instâncias de intervenção e dominação econômica, política e simbólica; além disso, devem facilitar a negociação e a pressão no sentido da relativa incorporação de seus interesses.

Portanto, no processo de mudança social em foco tem destaque a contribuição dos mediadores técnico-políticos. E esta presença bem expressa que o *agricultor familiar* não pode ser caracterizado pelo peso deste único domínio social. É exatamente a amplitude dos domínios e fatores sociais de interferência, especialmente, se se quer atribuir peso, o político e o simbólico (ou cultural), que torna fundamental a presença de tais mediadores.

O papel dos mediadores na administração de formas de integração deve levar em conta a importância da distinção entre a mediação imposta e consentida e a mediação atribuída. Neste último caso, cabe então aos subordinados a criação das formas de gestão

¹³ Sobre as questões metodológicas inerentes a esta classificação, quando imediatamente transportada do campo político para o acadêmico, ver Neves, 1995 e 2002.

da subordinação e das tentativas de alteração de tal quadro.¹⁴ Sob a ótica do papel dos mediadores, pode-se tentar ultrapassar um dos grandes problemas teórico-metodológicos subjacentes à compreensão dos instrumentos de intervenção: a pressuposição de que vontade política e as intenções previstas possam se adequar e ser incorporadas por beneficiários sempre ávidos pelos recursos que lhes são oferecidos. Enfim, ajudaria a problematizar a compreensão dos modos de objetivação de políticas públicas, não se limitando ao fato de que elas sejam eficazes apenas pelo fato de que alguns dos agricultores venham a se sentir representados em seus interesses imediatos ou abstratos. As desigualdades das formas de dominação aí se expressam, da mesma forma que se torna explícito o fato de as políticas públicas não alcançarem eficácias absolutas nem unívocas. Por isso, elas exigem de seus porta-vozes, os investimentos no sentido da legitimidade, das compensações e do consentimento.¹⁵

Restituindo a importância da problemática da dominação sobre os agricultores, que é inerente ao enquadramento institucional, é preciso levar em conta suas diversas formas, inclusive pela participação diferenciada dos pretendentes beneficiários e pelos modos de construção de uma política de compromissos.¹⁶

Como minha proposta é estimular a produção de reflexões em torno do processo em curso de enquadramento institucional de camponeses ou produtores mercantis enquanto *agricultores familiares*, concluo pela exaltação da importância de se estudar os investimentos no sentido da construção do sistema institucional equivalente a tais objetivos. Sob comunhão com os autores que me auxiliaram nesta reflexão, também destaco a importância da criação de situações plausíveis à interlocução necessária à construção dos sistemas de atitudes dos *agricultores familiares*. Todavia, investimentos relativizados pelos riscos da centralização dos interesses sobre a constituição dos mediadores que, criando *a priori* os seus mediados (segundo sua imagem e semelhança), afastem-se dos objetivos que, nestes mesmos investimentos, tanto apregoam. E tais são, na minha avaliação, as significativas lições de método que os autores por mim considerados, não perdendo de vista a historicidade das práticas e respectivos sistemas de pensamento, estão a nos oferecer e a estimular a dinâmica do processo (em curso) de reconstrução do campo da assistência técnica (rural e social).

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

ALBALADEJO, Christophe; VEIGA, Iran (orgs.). Agricultura familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento. Revista Editada pelo Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará, Alguns dos volumes

¹⁴ Para uma análise do papel dos mediadores políticos, ver Neves, 1997b e 1998.

¹⁵ Ver Neves, 1997a, 1997b e 2003a.

¹⁶ A questão poderia ser também abordada a partir do papel dos novos agricultores, que se integraram ou se reintegraram a partir da falência do modelo econômico que acenava com a constituição de mercados urbano-industriais, com o sonho do pleno emprego e, posteriormente, com a ascensão, hoje caoticidade, do desemprego. A presença de segmentos dotados de outras visões de mundo e de modos de gestão da produção, da vida cotidiana e da relação com o aparato institucional não tem sido sem consequências sociais e políticas para a constituição da noção de agricultura familiar. Outrossim, há ainda a presença de processos inversos: as indústrias se transferindo para áreas antes reservadas às atividades agropecuárias e aí constituindo mercados de trabalho assalariado. E, em certas regiões, a presença estável de turistas e sítiantes urbanos. Ver Schneider, 1999.

registram co-edição com Institut National de la Recherche Agronomique e o Département Systèmes Agraires et Développement, França.

ALMEIDA, Jalcione. A construção social de uma nova agricultura. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

BERGAMASCO, Sônia Maria P. Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados da PNAD. Revista Reforma Agrária n.º 2 e 3, Vol. 25, mai.-dez. Campinas, ABRA, 1995, pp. 167-177.

BERGAMASCO, Sônia Maria P.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Revista Reforma Agrária n.º 2 e 3, Vol. 25, mai.-dez. Campinas, ABRA, 1995, pp. 3-4.

BOURDIEU, Pierre. A produção da crença. Contribuição para uma construção dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002, pp. 17-111.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. Estudos: Sociedade e Agricultura. Número 8, abril de 1997 Rio de Janeiro, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 1997, pp. 70-81.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno e BRANDENBURG, Alfio (orgs.). Para pensar outra agricultura. Curitiba: Ed da Universidade Federal do Paraná, 1998

GRAZIANO DA SILVA, José. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

LAMARCHE, Hugues. Introdução geral. A agricultura familiar. Campina: Editora da UNICAMP, 1993, pp. 13-33.

MOREIRA, José Roberto. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. Estudos: Sociedade e Agricultura. Número 8, abril de 1997. Rio de Janeiro, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 1997, pp. 51-69.

MORENO, Augusto A.; FLORES, Murilo. Mudanças Institucionais para o Apoio à Agricultura Familiar: o Caso da Extensão Rural. Sessão IV: Iniciativas para o fortalecimento da agricultura familiar, V Simpósio Latino Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários (IESA); V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP), realizados em Florianópolis, entre 20 e 23 de maio de 2002 (impresso e disponível no cd redistribuído no evento).

NEVES, Delma Pessanha. As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Ed Vértice/ANPOCS, 1987, pp. 106-132.

_____. Agricultura familiar: questões metodológicas. Revista Reforma Agrária n.º 2 e 3, Vol. 25, maio-dez. Campinas, ABRA, 1995, pp. 21-36.

_____. Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista. Niterói: EDUFF/UFF, 1997a.

_____. Assentamento rural: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997b.

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 8, n. 7	pp. 68-93	Jul./Dez. 2005
--------------	---------------------	-------------	-----------	----------------

_____. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. FERREIRA, Angela Duarte Damasceno e BRANDENBUR, Alfio. Para pensar outra agricultura. Curitiba, Ed da Universidade Federal do Paraná, 1998, pp. 147-168.

_____. Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Tânia Elias Magno da. (org.). Ensaio. Desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Aracaju, 2002, pp. 131-159.

_____. O associativismo e a imposição do agricultor solidário. In: Sociologia e conhecimento além das fronteiras. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Campinas: SBS, 2003a (cd).

_____. Os ribeirinhos e a reprodução social sob constrição. Boletim Rede Amazônia. Rio de Janeiro/Belém, 2003b, pp. 47-59.

_____. Pobreza, desigualdades sociais e fronteiras culturais. Trabalho apresentado na Mesa Redonda O mundo rural e a questão social no Brasil. XXVII Encontro Anual da ANPOCS, 21 a 25 de outubro de 2003c.

_____. Apresentação. In: NEVES, Delma Pessanha; MENEZES, Maria de Nazaré Angelo. (Org.). Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento: interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade da agricultura familiar. Belém, 2004, v. 4, p. 15-32.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e industrialização. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

SCHMITZ, Heribert. Perspectivas dos Atores Envolvidos na Construção de Alternativas de Assistência Técnica para a Agricultura Familiar. Sessão IV: Iniciativas para o fortalecimento da agricultura familiar, V Simpósio Latino Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários (IESA); V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP). Florianópolis, 20 a 23 de maio de 2002.

SIMÕES, Aquiles; OLIVEIRA, Myriam Cyntia César de. Contribuições e limites do enfoque sistêmico na formação superior em ciências agrárias voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar. Sessão IV: Iniciativas para o fortalecimento da agricultura familiar, V Simpósio Latino Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários (IESA); V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP), realizados em Florianópolis, 20 a 23 de maio de 2002 (impresso e disponível no cd redistribuído no evento).

SIMOES DO CARMO, Maristela. Agricultura sustentável e produção familiar num contexto de reestruturação do sistema agroalimentar. Revista Reforma Agrária n.º 2 e 3, Vol. 25, mai.-dez. Campinas, ABRA, 1995, pp. 114-127.

VEIGA, Eli José da. Delimitando a agricultura familiar. Revista Reforma Agrária n.º 2 e 3, Vol. 25, maio-dez. Campinas, ABRA, 1995, pp. 128-141.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. Reforma Agrária volume 25, maio-dezembro de 1995. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, 1995, pp. 37-56.